

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
RICARDO SOUZA SANTOS

**Trabalho de Iniciação Científica
A CRISE ECONÔMICA DE 2008:
REFLEXOS NA GRÉCIA, PORTUGAL E
ESPANHA**

ITAJAÍ
2012

RICARDO SOUZA SANTOS

**Trabalho de Iniciação Científica
A CRISE ECONÔMICA DE 2008:
REFLEXOS NA GRÉCIA, PORTUGAL E
ESPANHA**

Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido para o Estágio Supervisionado do Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão da Universidade do Vale do Itajaí.

Orientadora: MSc. Jacqueline M. F. Furlani

ITAJAÍ
2012

Agradeço a oportunidade de poder
estar concretizando mais um sonho
ao lado das pessoas importantes
para minha vida.

“Se quer ir rápido, vá sozinho. Se
quer ir longe, vá com alguém.”
(Mário Sérgio Cortella)

EQUIPE TÉCNICA

a) Nome do estagiário
Ricardo Souza Santos

b) Área de estágio
Economia Internacional

c) Orientador de conteúdo
Prof. MSc. Jacqueline M. F. Furlani

d) Responsável pelo Estágio
Prof. Natalí Nascimento

RESUMO

Os Estados Unidos, por um descontrole fiscal nos empréstimos imobiliários, sofreu uma grande recessão econômica, pois grandes partes desses tomadores de crédito não cumpriram com suas obrigações, quebrando o mercado imobiliário, acontecimento este que atingiu a economia mundial, principalmente a dos países da periferia da zona do euro, os quais atualmente encontram-se em situação de crise devido ao grande gasto do setor público. O objetivo deste trabalho foi apresentar os problemas enfrentados pela Grécia, Portugal e Espanha após à crise financeira de 2008. Estes países estão enfrentando uma situação economicamente complicada, sendo obrigados a reduzir seus gastos e apresentar medidas para liquidar seus débitos para serem qualificados a receber ajuda financeira do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. Essas medidas tem gerado grande descontentamento nos habitantes dessas nações que manifestam-se através de protestos e greves, enquanto o governo europeu injeta liquidez nas economias dos países necessitados, visando a estabilidade e a estruturação do bloco econômico. Neste trabalho utilizou-se, quanto à metodologia, meios bibliográficos referentes ao tema abordado como principal material de pesquisa, para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o método qualitativo, aprofundando-se na coleta e estudo dos materiais. No que se refere aos fins, esse trabalho caracteriza-se por ser descritivo.

Palavras-chave: Recessão econômica. Economia mundial. Crise financeira.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Objetivo geral	8
1.2	Objetivos específicos.....	8
1.3	Justificativa da realização do estudo	9
1.4	Aspectos metodológicos.....	9
1.5	Técnicas de coleta e análise dos dados.....	10
2	COMÉRCIO INTERNACIONAL	11
2.1	Comércio Exterior.....	16
2.1.1	Exportação	18
2.1.2	Importação	20
3	SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	22
3.1	Características Do Sistema Financeiro Atual	25
3.2	Principais Bancos Centrais Do Mundo	26
3.2.1	Banco Central Europeu.....	27
3.2.2	Sistema De Reserva Federal Dos Estados Unidos.....	28
3.2.3	Banco Da Inglaterra	29
3.2.4	Banco Central Do Brasil.....	29
4	CRISE ECONÔMICA MUNDIAL	31
4.1	Crise de 1929	31
4.2	Crise do petróleo	33
4.3	Bolha da Internet	34
4.4	Crise financeira de 2008.....	35
5	A CRISE DO EURO NA GRÉCIA, PORTUGAL E ESPANHA, PÓS CRISE AMERICANA.....	44
5.1	A crise na Grécia.....	45
5.2	Os reflexos em Portugal	49
5.3	A crise na Espanha.....	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS.....	55
	ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Com a integração financeira mundial e a globalização, os países que atuam no grande cenário econômico internacional estão vulneráveis a crises decorrentes de qualquer parte do mundo, a mais recente delas aconteceu em 2008 nos Estados Unidos da América que atingiu com velocidade não só os principais mercados financeiros como também os considerados de pequeno porte ou emergentes, refletindo em queda das bolsas e redução dos índices econômicos como o PIB, balança comercial, risco país entre outros.

A grande causa da crise financeira mundial de 2008 está ligado à liberação de um grande número de empréstimos bancários para os cidadãos norte-americanos, empréstimos estes chamados de *subprime*, que na época, com a economia estável e os juros baixos, foram considerados de baixo risco e concedidos a clientes sem comprovação de renda e com histórico ruim de crédito.

A alta demanda de empréstimos superaqueceu o setor imobiliário da economia norte americana e conseqüentemente a construção civil, gerando o endividamento da população. O calote sobre os respectivos empréstimos fez a crise ganhar dimensões incontroláveis passando a ultrapassar fronteiras e atingindo o mundo.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar as origens da crise financeira nos Estados Unidos e como esta crise atingiu países como a Grécia, Portugal e Espanha, os quais pertencem a outro bloco econômico.

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos: no primeiro capítulo foi feita uma introdução sobre as origens do comércio internacional e o seu desenvolvimento histórico até que ultrapassasse as barreiras nacionais.

No segundo capítulo abordou-se o tema sobre o sistema financeiro internacional, bem como as origens do dinheiro e o abandono do padrão-ouro do sistema *bretton-woods*. No mesmo capítulo foram expostas as principais características do sistema financeiro atual e também os principais bancos centrais do mundo, instituições estas que interferem diretamente nas crises econômicas, pois são responsáveis por regular o fluxo monetário de seus respectivos países.

Já no terceiro capítulo, foi realizada uma breve introdução referente a algumas das principais crises econômicas ocorridas no mundo antecedente a crise

de 2008, e principalmente, os fatos ocorridos em virtude da crise de 2008, suas causas e consequências para a economia local e mundial.

O quarto capítulo direcionou-se ao objetivo principal do trabalho, que foi identificar os reflexos causados pela crise americana nos países: Grécia, Portugal e Espanha. Neste capítulo foram mencionadas as origens da crise em cada país e também a consequência que trouxe para cada um deles. Para que estes países pudessem ser qualificados a receber ajuda financeira para quitar suas dívidas, os mesmo necessitaram apresentar medidas que reduzissem seus gastos e aumentassem suas arrecadações.

1.1 Objetivo geral

O Objetivo geral deste trabalho consistiu em apresentar os reflexos causados na economia da Grécia, Portugal e Espanha por causa da crise financeira mundial de 2008.

1.2 Objetivos específicos

- Expor as características do comércio internacional
- Descrever o sistema financeiro internacional.
- Abordar teóricamente as principais crises econômicas ocorridas no mundo.
- Identificar os reflexos causados na Grécia, Portugal e Espanha pela crise financeira de 2008.

1.3 Justificativa da realização do estudo

No cenário financeiro mundial atual a Grécia vem se destacando de maneira negativa, colocando em risco a economia de outros países membros do seu bloco econômico. Este problema vem se agravando e as medidas que o governo vem adotando para resolvê-lo não estão gerando os resultados necessários.

Observando as dimensões da crise na Grécia e os diversos problemas que o país vem enfrentando, este projeto justifica-se por se tratar de um tema muito importante e interessante, identificando os problemas que uma crise financeira do outro lado do mundo pode trazer a um país que não esteja preparado para enfrentá-la.

Partindo deste ponto de vista, para o acadêmico foi importante realizar este trabalho pois uma pesquisa bibliográfica aprofundada é uma ótima oportunidade de expandir os conhecimentos no assunto de modo que possa compreender o funcionamento do sistema econômico global.

Foi importante para a universidade a realização desta pesquisa, pois é um instrumento que pode ser utilizado como base para estudos e pesquisas para acadêmicos no geral ou qualquer outra pessoa que necessite de tal conhecimento.

Este trabalho tornou-se viável pela disponibilidade de diversos materiais científicos encontrados pelo acadêmico para consulta, tais como legislações, sites especializados, livros e demais notícias publicadas.

1.4 Aspectos metodológicos

Este item apresenta a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho de iniciação científica, enfatizando os aspectos relacionados ao tipo de pesquisa.

Quanto ao meio para elaboração do presente projeto, optou-se pela pesquisa bibliográfica pois o tema que foi abordado, pode ser explorado em materiais como livros, sites e outros documentos especializados.

De acordo com Cervo (2007, p. 60):

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

Quanto aos fins do trabalho, este é de caráter descritivo, segundo Cervo (2007, p. 61), “[...] procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.”.

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método qualitativo como mencionado abaixo:

Com relação ao emprego do método ou abordagem qualitativa, esta difere do quantitativo pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema. A diferença está no fato de que o método qualitativo não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. (OLIVEIRA, 2000, p.117).

1.5 Técnicas de coleta e análise dos dados

A coleta de dados para o desenvolvimento do projeto foi realizada por levantamento bibliográfico, através de livros, endereços eletrônicos e artigos especializados. A análise dos mesmos foi feita por textos explicativos ou descritivos para o entendimento do leitor.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio sempre esteve presente desde os tempos antigos, onde os habitantes de uma determinada região perceberam que outros poderiam precisar de seus recursos em excesso e esta de outras mercadorias, existindo a necessidade de realizar trocas, dando início ao comércio.

Com o passar dos anos, os povos e o comércio foram evoluindo e ampliando de maneira que passaram a superar regiões e países, surgindo assim o comércio internacional, ou seja, as trocas de mercadorias, bens e serviços ultrapassavam as barreiras internacionais.

Quando no começo dos tempos, na mais remota antiguidade, o homem primitivo percebeu que outro seu semelhante poderia necessitar de um produto que a ele sobrava, estabeleceu-se o primeiro ato de comércio, [...] quando o homem primitivo compreendeu que podia fazer uma troca com vantagem, nasceu então o espírito comercial. (MEIRELLES, 1983, p. 27).

Foram os egípcios uma das civilizações mais antigas a dar início à prática de comércio internacional, naquela época eles já produziam produtos como tecidos e objetos preciosos, e também se encontravam em uma região onde não existiam muitos dos produtos que necessitavam, “[...] principalmente as matérias que serviam para embalsamar os cadáveres: óleo de cedro, asfalto, ládano, bálsamo e outras espécies resinosas.” (MEIRELLES, 1983, p. 31).

Nesta época, o princípio de divisão do trabalho camponês para o artesanal também teve início na Babilônia, passando a ser um hábito de vida junto com a agricultura, mas, tanto no Egito quanto na Babilônia o centro da economia era baseado na agricultura, enquanto a indústria e comércio eram sempre uma segunda opção.

O povo mais antigo a utilizar a indústria e comércio como sua principal fonte de renda foram os fenícios, onde sua população foi educada para a navegação e o comércio marítimo, pois o solo de suas terras era impróprio para sua auto sustentação, sendo o mar sua melhor opção para desviar deste problema. Com seu grande conhecimento em navegação e seu apropriado posicionamento geográfico, a Fenícia atuou como principal distribuidor de mercadorias ao comércio da época,

assim permaneceram até os gregos buscarem por conta as suas mercadorias, que até então eram comercializadas por intermédio dos fenícios.

Os gregos apareceram com uma potência muito grande no setor mercantil, pois eles já tinham experiências em viagens marítimas, porém ainda não eram utilizadas para o comércio pois os fenícios estavam na liderança dessas operações comerciais. Após os reis egípcios e assírios imporem domínio sobre os fenícios é que os gregos conseguiram entrar no setor mercantil.

Deste modo, as mercadorias gregas foram evoluindo em todos os sentidos e tendo mercado assegurado no exterior. “Assim, a atividade industrial tomou considerável impulso na Grécia, que se transformou de país agrícola em Estado industrial e mercantil.” (MEIRELLES, 1983, p. 41).

Atenas passou a ser considerada como metrópole do tráfego de mercadorias, com fábricas de couro, fundições e manufaturas de armamentos destinados a exportação, fazendo com que as rotas marítimas desviassem os portos fenícios e passassem a ter ligação com a Grécia. A capital grega possuía uma argila magnífica, muito apropriada para fabricação de objetos cerâmicos fazendo com que os produtos tivessem uma relativa facilidade de conquistar os mercados estrangeiros. Com um crescimento contínuo os gregos fundaram várias colônias e conquistaram mais rotas de comércio.

Com a criação de muitas colônias de comércio, os gregos foram perdendo a força, aparecendo o Império Romano que, devido a sua cultura e também a evolução dos produtos e do comércio, levou ao mundo muitos produtos diversificados. Após os romanos, os povos germanos conquistaram o comércio por um pequeno período fazendo com que Constantinopla se tornasse o grande centro mercantil da época.

Os árabes surgem com grande força no setor mercantil da época, pois eles estavam situados no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, servindo assim de intermediário no comércio entre o Oriente e o Ocidente, de acordo com Meirelles (1983, p. 56): “[...] como esse tráfico constituía um monopólio seu, puderam obter benefícios sem conta durante vários séculos.”.

O início das Cruzadas derrubou o poder de Constantinopla, fazendo com que o pólo do comércio mundial fosse deslocado para a Itália. Devido ao intenso contato comercial entre o Oriente e o Ocidente as cidades costeiras italianas obtiveram um amplo desenvolvimento da navegação, destacando-se Veneza dentre todas elas.

A localidade da cidade e suas condições obrigaram os habitantes a aprender a satisfazer suas necessidades por vias marítimas, considerando o mar como o principal elemento de suas atividades de maneira geral. Ao longo das costas não havia outro grupo capaz de atender as necessidades do comércio mundial, fazendo com que Veneza mantivesse sua ótima posição comercial durante quase um milênio.

Segundo muitos historiadores, durante a Idade Média, três grandes zonas comerciais se destacaram neste período: o Oceano Índico-arábico, o Mediterrâneo e os mares do Norte e Báltico. Em toda essa zona de comércio, os principais grupos que se destacaram foram: Alexandria, as repúblicas municipais italianas e algumas cidades nórdicas, havendo uma intensa movimentação no tráfico dos produtos, tanto em terra quanto no mar, unindo estas três zonas.

No final do século XV acontece uma grande transformação no cenário comercial mundial, quando o homem ultrapassou seus limites conhecidos de mundo, e encontrou a rota marítima para as Índias e para a América, constituindo um ponto de partida para uma revolução transcendental econômica da Europa e, daí por diante o comércio que antes comercializado no Mediterrâneo e no Báltico, foi substituído pelo tráfico marítimo internacional. Deste modo, afirma Meirelles (1983, p. 60) que: “Portugal foi a primeira nação que lançou as vistas para a imensidade do Oceano, podendo mesmo essa pequena nação ser considerada como a precursora do moderno tráfico mundial.”

Os portugueses, após se lançarem ao mar descobriram outro território e utilizaram sua força sobre o povo mais fraco para extrair as riquezas e produtos antes nunca explorados, mas sem a intenção de colonizar este novo território, diferente dos espanhóis que, ao constatar a necessidade de ir à busca de outros produtos e o tão especulado ouro encontrado na América, lançaram-se ao mar e em algumas expedições conseguiram conquistar muitos territórios no chamado Novo Mundo e, em poucos anos a Espanha atingiu seu auge baseado na Indústria e Comércio, ao contrário de Portugal que estava tentando fortalecer sua economia com as riquezas trazidas da América.

A partir do século XVI, surgiram na Europa pequenas classes de ricos comerciantes que se expandiram com posições de destaque na sociedade e contribuíram para o surgimento dos poderosos Estados Nações – Inglaterra, Espanha, França e Holanda, estes por sua vez, acompanhados de seus interesses econômicos elevados, desenvolveram a primeira doutrina formal

de política econômica internacional, o Mercantilismo (GRIECO, 1994, p. 136).

Após algumas guerras durante o século XVII e XVIII contra os novos imigrantes, Portugal e Espanha foram perdendo sua força, abrindo espaço para três grandes países europeus, Inglaterra, Holanda e França. Estas três grandes potências invadiram as terras do Novo Mundo até então colonizadas pelos portugueses e espanhóis, pois precisavam de colônias para sustentar as metrópoles.

A Holanda ganha território rapidamente, expulsando os espanhóis de muitos lugares que haviam colonizado anteriormente, e os povos que não perderam suas terras, acabaram perdendo seu poder de mercado. A disputa pelo território entre estas três potências fica intensa, os holandeses resistiram ao máximo e mesmo com a ajuda dos franceses, foram derrotados pela Inglaterra fazendo com que ambos perdessem parte do seu território.

Os ingleses apostando cada vez mais na sua industrialização fecham suas fronteiras para os produtos descentes de outros Estados e estimulam seu mercado na fabricação de tecidos e lã. Os franceses também impulsionam ao máximo sua economia interna com redução de impostos de importação e incentivos à exportação, período este em que a França assume a responsabilidade das diretrizes da moda.

O que deu lugar ao desenvolvimento de muitas indústrias artísticas diferentes. A lapidação de pedras preciosas, a bijouteria, a confecção, o bordado e todos os inúmeros artigos de luxo, praticamente encontraram seu lugar permanente na França. Daí por diante, os artigos de luxo e de fantasia de fabricação francesa inundaram todos os países. (MEIRELLES, 1983, p. 79)

Em 1776 os ingleses exerciam um controle rígido sobre os colonos americanos, impedindo-os de realizar qualquer tipo de indústria ou comércio independente, este motivo gerou um grande descontentamento aos americanos, dando início a sua guerra de libertação e, após conflitos entre os dois, houve reconhecimento de treze de seus Estados coloniais perante os britânicos.

No final do século XVIII, com a independência de alguns dos Estados da América do Norte e a autorização para navegar de um porto a outro, os alemães estabelecem um tráfico de mercadorias imediato com a república americana e conseguem redobrar sua atividade comercial, enquanto os ingleses usaram da

similaridade linguística e outros fatores culturais para fortalecer o comércio entre eles.

O século XIX trouxe para Inglaterra mais desafios. Com Napoleão Bonaparte no comando da França na tentativa de acabar com o poder naval britânico e, com o seu insucesso, decretou o bloqueio de relações comerciais entre os países europeus com a Inglaterra ou suas colônias. Diante das circunstâncias apresentadas, a Inglaterra optou por “[...] desenvolver um extenso comércio de contrabando, explorando seu domínio marítimo, procurando, além disso, novas rotas, estabelecendo relações mercantis com os países espanhóis da América do Sul, principalmente”. (MEIRELLES, 1983, p. 83).

Com a queda de Bonaparte em 1815 e um grande volume de produtos britânicos ingressando no mercado europeu gerou-se uma crise na economia na época e, por não terem sido afetados pelas guerras que Napoleão empreendeu nos países europeus, os ingleses estavam capacitados a produzir produtos com mais qualidade e com preços mais baixos. Com a invenção da máquina a vapor a Inglaterra obteve um grande diferencial tornando-se a primeira potência mercantil do século XIX.

Por consequência, afirma Meirelles (1983, p. 93): “O século XX foi, para a Europa, a época da luta pela existência, travada entre regiões político-mercantis. A guerra de 1914-1918 caracterizou-se como uma guerra entre potências que aspiravam à hegemonia comercial.”.

Com a expansão do comércio a este nível e constante crescimento da economia, prevalece o sistema capitalista no mundo. O sistema capitalista impulsiona o avanço da indústria e do transporte, que junto com a globalização e as empresas multinacionais, resultam no surgimento de novas características para o comércio. De acordo com Silber (2006, p. 01): “O comércio internacional começou a ganhar as características modernas a partir da Revolução Industrial e efetiva-se pela gradual abertura das economias nacionais e as transações comerciais internacionais”.

Na maioria dos Estados, o comércio internacional concebe uma grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB), e está presente em grande parte da história da humanidade, mas a sua importância econômica, social e política se tornaram crescente nos últimos séculos.

De acordo com Sena Júnior (2003, p.39):

O comércio internacional sempre foi uma constante na história da humanidade. [...] Contudo, a preocupação com sua regulamentação somente fez-se sentir com maior força após a II Guerra Mundial, quando o comércio passou a ser visto como fator propulsor do desenvolvimento social.

Com o fim da II Guerra Mundial em 1945, revelou-se uma intensidade de interdependência mundial, e a nação preocupou-se com o estabelecimento de uma nova ordem internacional, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), deu-se início a uma nova estruturação econômica e financeira em nível mundial, com a finalidade de fomentar e restaurar o desenvolvimento econômico dos países.

Para Ramos (2004, p. 147, 148) “[...] fez-se necessário que mecanismos reguladores obtidos a partir do consenso jurídico das nações fossem implementados a fim de garantir o desenvolvimento do comércio internacional em bases legais comuns a todas as nações.”.

Estes mecanismos reguladores tem como objetivo manter um ambiente pacífico favorecendo assim o crescimento econômico dos Estados. Três, foram as instituições criadas: o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Comércio (OIC).

2.1 Comércio Exterior

O comércio foi acontecendo ao longo dos milênios de maneira tímida, em virtude principalmente dos meios de transportes utilizados na época, que não permitia ao homem um rápido desenvolvimento, impossibilitando o comércio em grande quantidade. Com o avanço e desenvolvimento dos inúmeros modos de transportes e, a criação de métodos de unitização como *containers*, *pallets*, *big bag*, “o comércio exterior acelerou-se tendo seu crescimento acontecido de modo contínuo e sustentado.” (KEEDI, 2010, p. 15).

O comércio exterior é caracterizado pela compra ou venda de mercadorias ou bens, normalmente em troca de dinheiro, através de pessoas de Estados diferentes.

Tal processo implica a entrega e pagamento do serviço, resultando em necessidade de fechamento de câmbio e contrato de transporte internacional, por este motivo é exigido dos profissionais que atuam neste meio, conhecimento científicos de Direito, Economia, Administração, entre outros e, também constante atualização dos acontecimentos no cenário internacional.

Um economista poderia conceituar comércio exterior como as relações de troca entre os agentes econômicos visando à obtenção de lucro. Um administrador de empresas pode analisar uma operação de compra e venda internacional como um processo que se inicia com um negócio e termina nos aspectos contábeis da operação. Um jurista poderia conceituar uma operação de comércio exterior como um ato jurídico formalizado, a partir da vontade dos contratantes, por meio de um contrato que gera obrigações e direitos às partes e, eventualmente, a terceiros (SOARES, 2004, p. 8).

São basicamente utilizadas duas fontes jurídicas no que se refere aos negócios internacionais, estas são: a Convenção Uniforme de Haia em Matéria de Compra e Venda Internacional, de 1964 e a Convenção de Viena sobre Venda Internacional de Bens Móveis, instituída em 1980.

Com base nas convenções de Haia e Viena “[...] podemos conceituar uma operação de compra e venda internacional como aquela em que dois ou mais agentes econômicos sediados e/ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que sofrerá um transporte internacional e cujo resultado financeiro sofrerá uma operação de câmbio.” (SOARES, 2004, p.13).

O clima, os recursos naturais, os fatores de produção, assim como o capital e o trabalho, são algumas das razões que levam as nações a praticarem o comércio exterior. Algumas vezes torna-se mais viável realizar a importação de determinadas mercadorias do que sua produção no mercado interno, considerando também a diferença dos estágios de desenvolvimento tecnológicos dos países.

O comércio exterior também é movido pelo relacionamento entre os países e a importância desse relacionamento transcende os motivos materiais, que muitas vezes estão ligados a motivos comerciais e políticos, fatores que podem determinar o volume dos negócios entre eles.

Estes relacionamentos comerciais refletem na melhoria da qualidade dos produtos, permitindo o aperfeiçoamento da fabricação no mercado interno em nível de concorrência no exterior, bem como a diluição de riscos para a economia, pois ao estar focado em apenas um mercado, o país pode ter problemas com crises

inesperadas e, abrindo suas fronteiras é uma maneira de ficar livre das ocorrências e eventos de um único mercado.

Com a abertura das fronteiras e a criação dos blocos econômicos mundiais, a economia vem passando por diversas transformações ao longo dos tempos, cada vez mais a integração comercial entre os países vem se aperfeiçoando dia a dia, nesta nova etapa da globalização, todas as empresas estão passando por momentos onde o seu principal concorrente pode estar do outro lado do mundo.

Com integração se quer dizer um processo de união de países, basicamente com propósitos econômicos, visando o desenvolvimento dos Países-Membros participantes, mediante os mais diversos acordos, de maneira que facilite o comércio, o trânsito de pessoas, de capitais, etc. (KEEDI, 2010, p. 47, 48).

Contudo, fica definido comércio exterior como o conjunto de compras e vendas de produtos e serviços realizados entre diferentes Estados do mundo. Quando o Estado pratica uma operação de venda para um outro país, esta é denominada exportação e, na situação inversa, ao comprar de outro país, é chamado de importação.

A corrente de comércio de um país é o resultado da soma das importações e exportação durante um determinado período de tempo e representa todo o comércio realizado por um país com o exterior.

2.1.1 Exportação

Exportar é o ato de enviar para outro país a mercadoria produzida em seu país de origem ou de terceiros, que seja de interesse do importador e esta troca ou comercialização de produtos possa gerar vantagens para ambos. É, portanto, enviar produtos e serviços além das fronteiras nacionais.

O processo de exportação pode ser caracterizado de duas formas: de bens e de serviços, sendo a de bens como a transferência de produtos entre os Estados, e os serviços como a venda de assessoria, consultoria, turismo, transportes, etc.

A exportação de bens ocorre de maneira direta ou indireta, isto pode variar de acordo com a conveniência da ocasião, capacidade de produção entre outros fatores.

A maneira direta implica a exportação pelo próprio fabricante do produto, o que quer dizer que ele não utiliza qualquer intermediário na operação, saindo esta com seu nome, incluindo toda a documentação de comércio exterior em que aparece como exportador. Ele poderá realizar essa operação por intermédio de pessoas ou empresas que atuam como agentes ou representantes, apenas servindo de elo entre ele e o comprador, o que significa que ele continua, apesar dos intervenientes utilizados, sendo o exportador. (KEEDI, 2010, p. 20, 21).

Realizar uma exportação de modo indireto significa que o exportador não é o produtor da mercadoria, os processos burocráticos de embarque, contratação de câmbio, emissão de documentos e os demais que incidem nas exportações, ficarão sob responsabilidade do vendedor, aparecendo o produtor apenas nas embalagens, ou se solicitado em documentos.

A exportação também pode ser definitiva ou temporária. Na forma definitiva, a mercadoria é incorporada ao ativo do país importador. Exportação temporária é aquela em que a mercadoria sai do país por período definido, com propósito de realizar a operação para a qual foi enviada. Competições, exposições, feiras, demonstrações, etc., são exemplos que justificam o envio de mercadorias ao exterior para posterior retorno.

A grande importância da exportação está na diversificação de mercados, isso significa diluir seus riscos e ter mais países compradores. O aumento do número de empresas compradoras resulta no aumento da quantidade vendida e na produção realizada. Uma maior produção resulta no aumento da competitividade, pois com a produção de um grande número de unidades é possível ter maior poder de barganha na compra de matérias-primas, diminuindo o custo dos seus produtos e tornando-os mais atraentes.

Outro fator importante relativo à importância da exportação é que o aumento da produção local tem como consequência o crescimento do emprego, gerando mais salários disponíveis na economia, provocando o aumento da capacidade de consumo da população e impulsionando a economia do país exportador.

O mercado externo seleciona produtos melhor elaborados que possam atender os consumidores mais exigentes, deste modo, a prática da exportação

acaba trazendo para a empresa um aprimoramento no setor de recursos humanos, tecnológicos, entre outros.

O resultado das divisas recebidas através das exportações menos os valores pagos pelas importações é chamada balança comercial. Quando este resultado é positivo chamamos de balança comercial superavitária e, quando negativo, é denominada deficitária.

O saldo de uma balança comercial é o resultado dos somatórios de importação e exportação em um determinado período. As exportações são créditos e as importações devem ser lançadas como débito. Se um país exporta mais do que importa, termina o período com um saldo positivo, isto é, entraram mais metais do que saíram logo o Estado enriqueceu. Se o país importa mais do que exporta, isso significa que saiu mais moeda (ouro e prata) do que entrou, e o país ficou mais pobre. É preciso, portanto, que o Estado incentive as exportações de maior valor agregado (manufaturas) e limite as importações por meio de tarifas. (SOARES, 2004, p. 26).

Sendo assim, os governos estimulam as exportações pois esta operação representa a entrada de recursos na economia do país, impulsionando seu crescimento e desenvolvimento.

2.1.2 Importação

Importação é um termo que deriva do verbo importar que significa introduzir produtos ou costumes estrangeiros num país. Trata-se da ação de importar mercadorias ou questões simbólicas de outra nação. O Estado é quem regula a importação de acordo com normativas específicas. A diferença entre as condições econômicas e a legislação de cada país pode dar origem à distorções no mercado e prejudicar os produtores nacionais. Se um país subsidiar a produção de um bem X e se esse bem for importado por uma nação a preços demasiadamente baixos, quem produzir o bem X no país importador será prejudicado pelo fato de não conseguir competir.

Realizar uma importação é o ato de comprar um produto estrangeiro. Produtos importados algumas vezes são mais baratos que produtos nacionais e é

possível encontrar produtos no exterior que geralmente você não encontraria em seu país de origem.

Muitas vezes, é mais barato comprar do que produzir. No começo do século XX, as indústrias americanas de seda instalaram-se na China, porque, devido à mão-de-obra mais barata, era mais conveniente produzir naquele país e vender nos Estados Unidos. Atualmente, estamos vendo a repetição desse fato. As indústrias dos principais países estão instalando-se novamente na China para produzir a preços mais competitivos. (MAIA, 2008, p. 8).

A importação consiste na entrada de mercadorias e serviços estrangeiros num país. Os serviços, cujo valor não figura na receita comercial, constituem as importações invisíveis. Para manter a balança comercial favorável, ou pelo menos equilibrada, os países submetem as importações e diversas formas de controle. Os importadores podem recorrer ao mercado financeiro internacional para obter crédito necessário ao pagamento de suas importações. Para facilitar essas transações, com o aumento do volume do comércio mundial, foram criados instrumentos de troca como certificados de crédito sobre operações futuras e os direitos especiais de saque que cada país tem junto ao Fundo Monetário Internacional, variando conforme suas cotas neste órgão.

Também a tecnologia está presente, visto que os produtos importados poderão apresentar outra tecnologia para sua produção, provocando redução de custos e melhoria de qualidade, além de poder oferecer a seus clientes produtos de marca internacional e conhecidos em todo o mundo. O aumento da competição interna é uma das marcas mais visíveis da importação. (KEEDI, 2010, p. 25).

Deve-se levar em conta, também, que a importação pode abrir campo para a exportação, pois nunca se deve esquecer que o comércio é uma via de mão dupla, portanto, comprar pode abrir espaço para negociação e exportação dos produtos do país importador.

3 SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Ao longo dos anos, as técnicas de produção foram evoluindo e junto com elas, o sistema de troca dos excedentes produzidos foi aderindo novas características. Essa troca de produtos sem a utilização de moeda era denominada troca direta ou escambo.

Esse sistema de trocas diretas apresentou aspectos inconvenientes como a relação quantitativa imprecisa, dificuldade de determinação de valor, impossibilidade de realização de compras e vendas, e diante dessas dificuldades, os indivíduos da época procuraram superar essas limitações definindo certas mercadorias que passariam a ser aceitas como pagamento, mesmo que não desejassem consumi-las ou utilizá-las.

Os bens utilizados como meio de troca variam segundo a região e época. Na época da escravidão, a mercadoria-moeda era o escravo; mais tarde, o algodão e o sal desempenharam esse papel; ainda hoje, na região oriental da África, o gado é considerado símbolo de riqueza. (BERCHIELLI, 2003, p. 6).

Em virtude da mercadoria-moeda, as trocas deram origem às operações de compra e venda, possibilitando também ser utilizado como unidade de medida de valor a outros produtos. Em geral, estas mercadorias moedas apresentavam problemas como indivisibilidade e perecibilidade e, por este motivo, posteriormente começaram a ser utilizados os metais preciosos, resistentes para durarem durante séculos e poderem ser reduzidos em quantidades pequenas e de fácil transporte, sendo assim, utilizado como instrumento monetário por muitos séculos.

Ainda assim, os metais preciosos apresentaram alguns problemas, como o grande número de falsificações e, para evitar essas falsificações, o governo passou a ser responsável pela cunhagem da moeda metálica, tornando-a oficial e obrigatória.

Devido a esse crescimento econômico e à decorrente expansão das operações de troca, surgiu a necessidade de se criarem novos instrumentos monetários, que não implicassem tantos riscos de segurança como aqueles incorridos pelos portadores de ouro ou prata. (BERCHIELLI, 2003, p. 9)

Os banqueiros da época começaram a emitir bilhetes de certificados de depósitos, garantindo aos portadores dos mesmos a conversão imediata por ouro. Esses bilhetes conversíveis por ouro ficaram conhecidos como moeda papel e foram substituindo as moedas metálicas gradativamente, uma vez que esta possuía vantagens de maior segurança e facilidade de transporte.

A evolução dos instrumentos monetários teve continuidade quando estes banqueiros perceberam que não necessitavam manter toda quantidade de ouro depositada e passaram a emitir cédulas de valor superior ao mantido em seus cofres, criando um novo instrumento chamado de papel moeda ou moeda fiduciária, “[...] uma moeda baseada na confiança (*fiducia*, do grego) de que o outro seria pago pelo banqueiro ao portador do papel-moeda, caso ele quisesse sacá-lo.” (BERCHIELLI, 2003, p. 11).

Com o positivo resultado da inserção do papel moeda no mercado e a grande confiabilidade detida pelos banqueiros, um novo sistema monetário começa a se desenvolver na época.

Na segunda metade do século XIX, Estados como a Alemanha, Reino Unido, França e Estados Unidos adotaram o ouro como único padrão monetário nacional, tanto para as moedas metálicas em circulação quanto para a moeda papel, inteiramente lastreada em ouro. Contudo, nem todos os Estados mantinham reservas internacionais em ouro (as reservas internacionais eram em sua maioria mantidas sob a forma de papel-moeda dos Estados comprometidos com a conversibilidade de suas moedas em ouro). (ROSA, 2012, p.2).

Durante a Primeira Guerra Mundial em 1914, a maioria dos países abandonou o padrão-ouro, principalmente devido às expansões monetárias e fiscais realizadas por eles durante a guerra, as quais desequilibraram enormemente o comércio internacional. Quando voltou a ser utilizado, as taxas de câmbio que eram utilizadas antes da guerra estavam em desacordo com a realidade da época, deixando de ser utilizado no final da década de 20.

Em uma visão global, o padrão-ouro representou uma adoção de câmbio fixo por parte dos principais países comerciais da época. Estes se responsabilizaram por fixar o valor de sua moeda em uma quantidade específica de ouro e também exercer políticas monetárias, controlando a compra e venda do ouro, com finalidade de preservar a paridade estipulada.

O dinheiro fiduciário e o padrão-ouro protegem os cidadãos de grandes inflações e outros abusos da política monetária, como aconteceu com alguns países durante o período da Grande Depressão no ano de 1929, porém, estes instrumentos possuíam seus problemas e suas críticas, e, com o intuito de reorganizar o sistema financeiro e o sistema de taxas de câmbio, eles foram parcialmente abandonados pela adoção internacional dos Acordos de Bretton Woods, o qual menciona que:

[...] as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando numa estreita banda de +/- 1%, e a moeda norte-americana estaria ligada ao ouro a 35 dólares. Para que tudo funcionasse sem grandes sobressaltos foram criadas com o acordo de Bretton Woods duas entidades de supervisão, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. (MORAES, 2005, p. 4).

Após o acordo de *Bretton Woods* em 1944, as moedas do mundo passaram a possuir taxas de câmbio indexadas ao dólar, que passou a ser a principal moeda do mundo. Implicitamente, portanto, todas as moedas atreladas ao dólar também tinham um valor fixo em termos de ouro, permitindo aos EUA um significativo controle da economia internacional.

Sendo detentor da moeda padrão mundial, conseqüentemente os EUA tem a moeda de valor mais forte, o que dá uma superioridade sobre as demais moedas, tornando as compras no exterior com menor custo. Tendo um poder de compra maior no exterior, a terceirização dos produtos manufaturados torna-se mais conveniente.

Levando em consideração que importar tantas mercadorias pode deixar a balança comercial desfavorável, ainda assim os EUA tem sustentando sua balança comercial, provavelmente por ser detentor da principal moeda utilizada para compra e venda mundial.

Durante os anos 50 e 60 a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária a despeito da posição deficitária do balanço global. As inevitáveis pressões sobre o dólar se intensificaram e já em 1971 Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973 o sistema de paridades fixas, mas ajustáveis, de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas. (BELUZZO, 2012, p. 14).

Como consequência da quebra do padrão ouro na década de 70, a livre conversibilidade das moedas em ouro foi extinta, deixando os países livres para

colocarem moeda em circulação sem a necessidade de possuir uma reserva em ouro equiparável.

A crise do sistema de regulação de Bretton Woods permitiu e estimulou o surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais. A fonte inicial dessas operações “internacionalizadas” foram certamente os dólares que excediam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras. (BELUZZO, 2012, p.15).

O papel desempenhado pelo dólar nesse sistema não era mais a função de reserva de valor como um padrão monetário, e sim, principalmente, o papel de moeda financeira num sistema desregulado e sem paridades cambiais fixas.

O dólar cumpre três funções primordiais para os investidores globais: fornece liquidez instantânea, garante segurança nas operações de risco e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente ou futura. Deste modo, o dólar passou a cumprir o papel de moeda financeira pública, capaz de ser denominador de riqueza financeira global.

3.1 Características Do Sistema Financeiro Atual

Com as crises financeiras que ocorreram nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, originaram-se duas novas características ao sistema financeiro internacional. A primeira é um sistema altamente volátil, onde as taxas de câmbio, taxas de juros e ativos financeiros podem sofrer alterações instantâneas. A segunda é a facilidade de atingir a economia de outros mercados distantes, que aparentemente podem não ter nenhuma ligação direta com o problema inicial, mas estão vulneráveis a sofrer sérias consequências.

A confiança em uma moeda ou em um ativo financeiro não depende do seu valor ou qualidades intrínsecas. A confiança em um ativo pode ser afetada por mudanças na confiança em outros ativos que são similares ou que os investidores acreditam que sejam similares. (SANT'ANNA, 2012, p. 12).

Deste modo, se alguma instituição financeira internacional estiver enfrentando dificuldades ou sérios problemas, um indivíduo portador de algum capital aplicado no exterior pode achar conveniente retirar suas aplicações deste local, pois, influenciado pelos acontecimentos globais e especulações da mídia, estes problemas acabam contagiando instituições que não estejam envolvidas.

Os ativos financeiros e a moeda são considerados fundamentais para o sistema de mercado, por este motivo uma crise neste setor acaba trazendo sérias conseqüências para a economia mundial, dificultando o desenvolvimento das empresas, aumentando o desemprego e conseqüentemente a redução da qualidade de vida dos habitantes.

No mercado internacional de capitais, os bancos atuam de forma direta – comprando e vendendo *securities*, administrando as carteiras de grandes investidores, estruturando operações com derivativos financeiros – e indireta, mediante a concessão de empréstimos aos investidores e intermediários financeiros que atuam nesse mercado. (PRATES, 2005, p. 272).

No cenário contemporâneo do mercado financeiro, os ativos são estipulados não pelo preço que o investidor acha que vale, mas pelo valor que a média dos investidores acha que ele vale. Por este motivo, qualquer informação indicando resultados da opinião da massa dos investidores tem um grande valor no mercado financeiro.

Com isto, o mercado financeiro é instável, podendo resultar em perdas ou ganhos de acordo com a direção da opinião média, o qual acaba sendo um dos fatores principais deste resultado.

3.2 Principais Bancos Centrais Do Mundo

Um banco central é uma entidade independente ou ligada ao Estado cuja função é gerir a política econômica, ou seja, garantir a estabilidade e o poder de compra da moeda de cada país e do sistema financeiro como um todo. Além disso, tem como objetivo definir as políticas monetárias (taxa de juros e câmbio, entre outras) e aquelas que regulamentam o sistema financeiro local. O banco interfere no

mercado financeiro, vendendo papéis do tesouro, regulando juros e avaliando os riscos econômicos para o país.

Além de guardar o dinheiro dos bancos, também se encarrega de cuidar de nossas reservas internacionais, que são as riquezas que o país obtém da venda de seus produtos a outras nações, como café, açúcar, minerais, entre outros. Essas reservas são necessárias porque, ao fazer negócios com outros países, precisamos realizar pagamentos utilizando moedas que são aceitas por todos.

Essas moedas de aceitação geral são emitidas pelos países ou grupos de países considerados os mais desenvolvidos, em geral o dólar norte-americano, o euro (da Comunidade Européia) e o iene (do Japão). Uma parte dessas reservas é guardada nos cofres do Banco Central, na forma de barras ou lingotes de ouro e em moedas e cédulas estrangeiras, protegidas por modernos sistemas de segurança. Outra parte da reserva, a mais importante, o Banco Central deposita em bancos no exterior e essas reservas rendem juros para o país. (BRASIL, 2012, p. 22).

O banco central pode também disponibilizar empréstimos exclusivos aos membros do sistema financeiro a fim de regular a liquidez ou mesmo evitar falências que poderiam causar uma reação em cadeia de falências bancárias. Ele também mantém os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, regulando assim a multiplicação da moeda escritural no mercado.

3.2.1 Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE) é o banco responsável pela moeda única da Zona Euro e a sua principal missão é preservar o poder de compra do euro, assegurando assim a estabilidade de preços na respectiva zona. A sua sede está localizada na cidade alemã de Frankfurt.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Banco Central Europeu tornou-se uma instituição da União Europeia. O BCE foi fundado em 1º de Junho de 1998 com a adesão dos onze estados membros que tinham cumprido as condições necessárias para adotarem a moeda única em 1º de Janeiro de 1999: Portugal, Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Finlândia.

A atividade do BCE, tal como a dos bancos centrais nacionais, é independente das instituições políticas, seja em nível da UE ou dos Estados-Membros. A autonomia política desta instituição encontra-se estabelecida no Tratado da UE e nos seus próprios Estatutos. O BCE é também independente no que se refere à sua gestão financeira, já que possui o seu próprio orçamento e o seu capital é subscrito pelos bancos centrais nacionais da Zona Euro. (EUROCID, 2011, p. 3).

O BCE é completamente independente. Com efeito, o BCE, os bancos centrais nacionais do Eurosystem e os membros dos respectivos órgãos de decisão não podem solicitar ou receber instruções de qualquer outro órgão. Todas as instituições e governos dos países da União Europeia devem respeitar este princípio.

3.2.2 Sistema De Reserva Federal Dos Estados Unidos

O Sistema de Reserva Federal (em inglês, *Federal Reserve System*, mais conhecido como *Federal Reserve* e, informalmente, como *The Fed*) é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos da América.

As funções da Reserva Federal incluem a formulação e execução das políticas monetárias, a fiscalização dos *Federal Reserve Banks* (Bancos de Reserva Federal), a emissão oito vezes por ano do Beige Book e a regularização e supervisão dos bancos membros. A política monetária é implementada através da compra ou venda de títulos e aumentando-se ou diminuindo-se a taxa de desconto da taxa de juro a que os bancos pedem empréstimos à Reserva Federal. (FOREX, 2012, p. 1).

A Reserva Federal é constituída por um Conselho de Administração (*Board of Directors*) de sete membros. Este conselho tem a responsabilidade de dirigir o sistema do banco federal e é escolhido pelo presidente dos Estados Unidos e ratificado pelo Senado. Esses sete membros constituem, junto com mais cinco Presidentes “distritais” dos doze FEDs regionais, o Comitê Federal do Mercado Livre (*Federal Open Market Committee - FOMC*).

O Comitê Federal do Mercado Livre é a verdadeira chave de todo o processo de criação ou contração de dinheiro. Quando o Fed quer contrair a economia

reduzindo o fornecimento de dinheiro, tem simplesmente que reverter o processo descrito acima. Em vez de comprar títulos, vende-os para que o dinheiro saia dos bancos compradores em vez de entrar.

3.2.3 Banco Da Inglaterra

O Banco da Inglaterra (em inglês: *Governor and Company of the Bank of England*), cuja sigla é BoE, é uma instituição que age como Banco Central do Reino Unido. É popularmente conhecido como *The Old Lady of Threadneedle Street* ("A Velha Senhora da Rua Threadneedle"). Está localizado na cidade de Londres.

Ao contrário de muitos bancos nacionais, o Banco de Inglaterra era maioritariamente privado até ao ano de 1946, quando foi totalmente nacionalizado pelo Executivo do Reino Unido, mas com grande dependência do Governo. Só a partir de 1997, por imposição da Comunidade Europeia, é que o Banco de Inglaterra se tornou autónomo da Coroa e do Governo. (NEGÓCIOS, 2011, p. 1).

O Banco da Inglaterra é responsável pela emissão de dinheiro desde a sua criação. A partir de maio de 1997, tornou-se autónomo, isto é, adquiriu independência operacional para fixar a política monetária. Assim, compete ao Banco da Inglaterra fixar a taxa básica de juros do Reino Unido e zelar pela estabilidade monetária e financeira da economia britânica.

3.2.4 Banco Central Do Brasil

O Banco Central do Brasil (BC ou BACEN e, mais atualmente, BCB) é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil. Assim como os outros bancos centrais do mundo, o brasileiro é uma das principais autoridades monetárias do país, sendo a principal o Conselho Monetário Nacional - CMN. O BCB recebeu esta competência de três

instituições diferentes: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil (BB) e o Tesouro Nacional.

O Banco Central do Brasil, além de subsidiar a tomada de decisões e a gerência do FMI, do BIS e do Cemla (Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos), realiza estudos relacionados a “Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional” e a outros temas discutidos no âmbito dessas instituições. (ESTRELA, 2012, p. 36).

A atuação do Banco Central do Brasil no Sistema Financeiro Internacional deixou de ser passiva e passou a ser ativa, defendendo teses, liderando países e sendo importante participante nas principais discussões e na construção de acordos e consensos entre os principais agentes.

A instituição do Banco Central desempenha hoje papel crucial na política econômica do país, portanto, guarda relevante valor na organização financeira do país, sendo assim toda sua organização com o intuito de melhor aplicabilidade das normas e funções econômicas.

4 CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Uma crise financeira é normalmente desencadeada quando há, em determinada nação, um maior índice de especulação econômica negativa em relação aos demais. Suas principais consequências são a desvalorização de ativos financeiros e a falta de liquidez de diversas instituições, ou seja, a confirmação e o agravamento dos motivos que geraram o pessimismo inicial.

Em períodos normais o número de agentes otimistas e pessimistas permanece praticamente equilibrado. São eles que definem o valor dos ativos através das operações de oferta e procura por cada um deles. Nesses períodos, o valor médio dos ativos tende a manter-se estável senão com gradativas elevações ao longo do tempo. Quando é chegada a crise, essa média tende a refletir uma desvalorização generalizada dos ativos financeiros. (ECONOMIABR, 2012, p.1).

A crise gera o conhecido efeito dominó no mercado financeiro que tende a causar grande redução no setor de produção, a não ser que a autoridade monetária tome alguma providência eficiente e imediata.

Uma crise financeira não contida a tempo pode gerar danos às empresas e também elevar o desemprego que conseqüentemente acaba reduzindo a qualidade de vida dos habitantes, a partir daí, há uma grande redução na atividade econômica. Uma importante função da autoridade monetária é impedir a sobrevalorização dos ativos financeiros, ou seja, não permitir que o mundo financeiro fique incompatível com a realidade.

4.1 Crise de 1929

O ano de 1929 pode ser considerado o marco de uma das maiores crises da história do capitalismo. Foi o ano em que os Estados Unidos foram abalados por uma grave crise econômica que repercutiu no mundo inteiro.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados Unidos foram os principais fornecedores dos países europeus, no pós-guerra, tornaram-se a maior potência econômica do mundo.

Em 1920, a indústria norte-americana produzia quase 50% de toda a produção industrial do mundo. Por quase toda a década de 20, a prosperidade econômica gerou nos norte-americanos um clima de grande euforia e de consumo desenfreado, gerando o modo de vida americano (American way of life), como modelo de progresso. Viver bem significava consumir cada vez mais. (FERREIRA, 2012, p. 13).

Em 1929, os Estados Unidos conheceram uma profunda crise econômica, com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, uma grave crise interna foi gerada e aumentou o índice de desemprego, que acabou afetando vários países do mundo. (MUNDO, 2012.).

A crise atingiu o mercado de ações e em 24 de outubro de 1929, que ficou conhecida como quinta-feira negra, quando ocorreu quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Era na Bolsa de Valores que as grandes empresas americanas negociavam suas ações. Com a crise, muitas empresas foram à falência e o valor das ações na bolsa caiu assustadoramente de um dia para outro.

Abalados pela crise, os Estados Unidos reduziram a compra de produtos estrangeiros e suspenderam os empréstimos a outros países, ocasionando uma crise mundial. Um exemplo disso é o Brasil, que tinha os Estados Unidos como principal comprador de café. Com a crise, o preço do café despencou e houve uma superprodução, gerando milhares de desempregados no Brasil. (MUNDO, 2012, p.2)

Tinha início o período da Grande Depressão, que se estendeu até o ano de 1933. Na Europa, os americanos retiraram o dinheiro emprestado, provocando; falências em bancos, falências em empresas, aumento do número de desempregados. Na América Latina, a repercussão da crise foi muito maior, pois os países forneciam basicamente produtos agrícolas e matérias-primas aos Estados Unidos. Com a crise, os Estados Unidos reduziram ou cortaram as compras que faziam desses países. Com menos dinheiro, os países latino-americanos deixaram de investir, gerando com isso desemprego e miséria.

Para solucionar a crise, o eleito presidente Franklin Roosevelt, propôs mudar a política de intervenção americana. Se antes, o Estado não interferia na economia,

deixando fluir conforme o mercado, agora passaria a intervir fortemente. Em sua administração foi inaugurado o *New Deal* (Novo Acordo).

O New Deal (Novo Acordo) foi inspirado nas idéias do economista inglês John Keynes (1883-1946). O New Deal era um programa misto que procurava conciliar as leis de mercado e respeito pela iniciativa privada com a intervenção do Estado em vários setores da economia. (HISTÓRIAMAI, 2008, p.2)

A política do New Deal não alcançou o sucesso esperado. Mas conseguiu dar uma controlada no lado mais terrível da crise econômica que gerava fortes conflitos sociais. Com essas e outras medidas, a economia começou a recuperar-se. No entanto, somente a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) criaria as condições para um novo impulso econômico dos Estados Unidos, pois a produção de armamentos aumentou o número de empregados e possibilitou grandes lucros às empresas.

4.2 Crise do petróleo

Durante os séculos XVI e XIX o verdadeiro motor das expansões marítimas e das atividades econômicas era a busca do ouro, mas a partir de 1859, foi encontrado o petróleo, a partir de então, começa a grande corrida atrás do ouro negro. Em princípio extrai-se apenas o querosene para a iluminação, mas com o advento da indústria automobilística em 1896 e do avião em 1903, somado à sua utilização nas guerras, tornou-se o principal produto estratégico do mundo moderno. (G1, 2008.).

A crise do petróleo, também conhecida como choque do petróleo, ocorreu em dois momentos diferentes, 1973 e 1979, estas crises foram caracterizadas pelos altos preços do petróleo, que acabaram atingindo todas as economias do mundo.

O primeiro choque ocorreu quando países produtores suspenderam exportações aos aliados de Israel na guerra do Yom Kippur – Estados Unidos, Europa e Japão. Em um ano, o preço do barril quadruplicou, para U\$\$ 12. Em 1979, a revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini tira o xá Reza Pahlevi do governo do Irã. Os protestos desorganizaram toda a

produção petrolífera do país, levando o preço do barril a subir 250% nos EUA. (G1, 2008, p. 16).

Foram vários os fatores que propiciaram a elevação do preço do petróleo, dentre eles podemos citar a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), formada pelos principais produtores de petróleo do mundo para unificar o preço do produto, promovendo um cartel internacional e controlando a oferta do produto no mercado.

O petróleo também serve como instrumento político para exercer pressão sobre as grandes potências mundiais. Estados Unidos e Europa apoiaram Israel na guerra contra os Árabes, fornecendo armamentos, tal fato irritou os países Árabes, que utilizou o petróleo como meio de atingir as nações que apoiavam Israel, pois diminuíram a produção e elevaram os preços. (FREITAS, 2012, p. 2)

A crise do petróleo foi desencadeada num contexto de déficit de oferta, com o início do processo de nacionalizações e de uma série de conflitos envolvendo os produtores árabes da OPEP, como a guerra dos Seis Dias (1967), a guerra do Yom Kipur (1973), a revolução islâmica no Irã (1979) e a guerra Irã-Iraque (a partir de 1980). Os preços do barril de petróleo atingiram valores altíssimos, chegando a aumentar até 400% em cinco meses, o que provocou prolongada recessão nos EUA e na Europa e desestabilizou a economia mundial.

4.3 Bolha da Internet

A bolha da Internet, também conhecida como bolha das empresas *ponto com*, foi uma bolha especulativa que ocorreu no final da década de 1990, caracterizada por uma intensa alta das ações das novas empresas de tecnologia da informação e comunicação baseadas na Internet.

Estas empresas vinham crescendo rapidamente desde 1995, e com o passar dos anos, os investidores perceberam que o retorno poderia não ser como o esperado, levando esta trajetória ao fim em março de 2000.

Com pesada dívidas contraídas para sua expansão, diversas empresas quebraram, entre elas a WorldCom, na maior falência da história dos EUA até então. Antes do fim dos anos 2000, as empresas do setor haviam perdido mais de US\$ 1,7 trilhão em valor de mercado, com quedas de mais de 90% no valor das ações. No ano seguinte, os atentados de 11 de setembro espalharam desconfianças nos mercados, acentuando e prolongando os efeitos da crise. (G1, 2008, p. 21).

As ações das empresas *ponto com* e de alta tecnologia subiram vertiginosamente. Foi criada uma nova bolsa de valores especialmente para o ramo: a Nasdaq. Em maio de 2001, a "Bolha da Internet", ou seja, o fenômeno de supervalorização das empresas *ponto com* e de suas ações estourou.

Em meados de 10 de março do ano 2000 a economia passou a perder velocidade e durante todo o ano a queda nas ações foi constante, até que em 2001 várias empresas já estavam em processo de venda ou fusão. A bolha da internet gerou certa desconfiança com os investimentos na internet, e as consequências dessa crise duraram vários anos, diminuindo consideravelmente o investimento na internet. (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

O estouro da bolha ainda pode ter sido relacionado com os maus resultados de varejistas da Internet, após a temporada de Natal de 1999. Esta foi a primeira evidência inequívoca e pública de que a crença no *Get Rich Quick* (fique rico depressa) se mostrara falsa para a maioria das empresas. Algumas das grandes empresas de comércio ignoraram totalmente os preceitos básicos de economia, presumindo que, graças à Internet, a qual teria originado um novo modelo de economia, qualquer coisa poderia ser vendida *on-line*.

Foi o fim de centenas de pequenas empresas virtuais que davam seus primeiros passos. No entanto, empresas sólidas saíram praticamente ilesas. Viu-se que o mercado de Internet gera lucros e que, apesar de extenso, tem limites.

4.4 Crise financeira de 2008

Antes da grande crise financeira de 2008, a história do sistema financeiro dos Estados Unidos foi marcada pela Grande Depressão de 1930 e alguns momentos de pânico nos anos de 1873 e 1907, esse pânico aconteceu quando as pessoas desconfiaram que as instituições financeiras pudessem não ser capazes de devolver

o dinheiro que lhe foi depositado e correram aos bancos para retirar seus saldos, uma vez que essas instituições mantinham apenas parte desse capital em caixa e a outra era trabalhada para gerar mais lucros.

Mesmo com a idoneidade ou não desses rumores, isto refletia de maneira muito negativa para estas instituições, atingindo até mesmo aquelas que se encontravam em situação saudável, causando um efeito dominó.

O problema dos pânicos bancários levou à busca de soluções. Entre a Guerra Civil americana e a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos não tinham banco central – o Federal Reserve foi criado em 1913 – mas dispunha de um sistema de “bancos nacionais”, sujeito a grau moderado de regulação. (KRUGMAN, 2009, p.163).

O pânico bancário de 1907 originou-se nas instituições financeiras conhecidas como “*trusts*” da cidade de Nova York, estas eram instituições parecidas com bancos, aceitavam depósitos, porém estavam comprometidas a trabalhar com heranças e administrar o dinheiro das pessoas ricas e, por estarem envolvidos em atividades de menor risco, os *trusts* estavam sujeitos a menos regulações e menor exigência de reservas que os bancos nacionais.

Com o grande desenvolvimento econômico dos Estados Unidos na primeira década do século XX, os *trusts* passaram a trabalhar no mercado de imóveis e ações, e por terem menos restrições que os bancos nacionais eles tinham condições de oferecer retornos maiores aos depositantes, fazendo com que em 1907, o valor total dos ativos desse tipo de empresa fosse tão alto quanto o dos bancos nacionais. Ao mesmo tempo, os *trusts* se recusavam a fazer parte da Câmara de Compensações de Nova York (*New York Clearinghouse*), considerado um consórcio dos bancos nacionais, que oferecia garantia de solidez dos bancos, pois para isto precisariam cumprir alguns procedimentos tais como manter reservas mais altas.

O pânico começou com a falência de uma grande instituição chamada *Knickerbocker Trust*, que quebrou devido a um grande financiamento mal sucedido no mercado de ações. Este acontecimento refletiu negativamente em outras instituições *trusts*, pois seus depositantes queriam resgatar seu dinheiro que lá estava aplicado. (KRUGMAN, 2009).

A Câmara de Compensações de Nova York recusou-se a interferir e a conceder empréstimos aos *trusts*, o que levou até os mais sólidos a sofrerem fortes investidas. Em dois dias, uma dúzia de grandes *trusts* havia

falido. Os mercados de crédito se congelaram e o mercado de ações registrou grandes quedas, na medida em que os investidores não dispunham de recursos para realizar suas operações e o nível de confiança caía cada vez mais. (KRUGMAN, 2009, p. 164).

Sabendo que esta situação atingiria não somente os trusts, mas todo o sistema financeiro, J. P. Morgan, o homem mais rico de Nova York, junto com outros magnatas e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, sustentam as reservas dos bancos e *trusts* até que os depositantes se convencessem de que poderiam retirar seu dinheiro. Este pânico durou uma semana, porém os reflexos causados na economia do país foram quatro anos de recessão com aumento no desemprego e queda na produção.

Devido ao ocorrido, o sistema bancário sofreu uma reforma e os bancos nacionais são abandonados, dando espaço ao *Federal Reserve System* (FED), com o objetivo de regulamentar as instituições financeiras nacionais, obrigando-as a manter reservas adequadas e abrir suas contas para inspeção.

A semelhança com o Pânico de 1907 parece óbvia. Nos primeiros anos do século XX, os trusts, instituições parecidas com bancos que davam a impressão de oferecer melhores negócios por operar por fora do sistema regulatório, cresceram rapidamente, apenas para degenerarem em epicentro de uma crise financeira. Um século depois, repetiu-se a mesma situação. (KRUGMAN, 2009, p. 168).

Na década de 90, o mercado financeiro norte americano foi caracterizado por duas grandes tendências: a inflação interna muito baixa, a qual foi resultado das políticas monetárias utilizadas na década anterior e, a alta competição entre os bancos e outras instituições financeiras. Com a ampliação da área de atuação dessas instituições no âmbito internacional, a competição no mercado doméstico americano aumentava, fazendo-lhes sempre buscar uma alternativa com maiores lucros. “Estes mercados mais promissores, contudo, são também geralmente mercados de maior risco, onde se ganha mais quando se acerta, mas a chance de perda é também maior.” (CARVALHO, 2008, p. 1).

Uma das alternativas foi investir nos países emergentes, emprestar dinheiro aos países que estavam se desenvolvendo era um mercado muito atraente na época, porém, com uma sequência de resultados de déficit na balança de pagamento, que iniciou no México em 1994, e posteriormente atingiu a Ásia, Rússia, Brasil, etc, mostrou que esse mercado não era suficiente para sustentar uma grande

economia como a norte americana, sendo necessário encontrar outros meios mais lucrativos.

As crises que ocorreram durante a década de 90 fizeram com que os países desenvolvidos estabelecessem um regime de controle financeiro sobre investimentos, através dos acordos da Basileia e da atuação do Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum* - FSF). Esses mecanismos internacionais, no entanto, revelaram-se ineficazes. Não regulavam os fundos de alto risco (*hedge funds*), e não foram capazes de prever ou conter a crise de 2008. (CARDOTE, 2009, p. 5).

Outro mercado promissor era o de financiamento imobiliário dos Estados Unidos, mas com o envelhecimento da população americana, este mercado teve um crescimento relativamente lento, o que fez as instituições financeiras buscarem novos métodos para ampliar seus investimentos, abrindo crédito para os tomadores chamados de *subprime*.

A crise econômica mundial, iniciada a partir do sistema financeiro norte-americano em 2008, provocou perdas financeiras maciças para aquele país e lançou sua economia na pior recessão desde 1930. Essa crise foi criada e desenvolvida nos Estados Unidos, a partir do ano 2000, como resultado da corrida especulatória no mercado de ações, e, posteriormente, no mercado de títulos *subprime*. (CARDOTE, 2009, p. 2).

Estes créditos são contratos de financiamento de compra de imóveis, chamados de hipotecas residenciais. São contratos de longa duração e o próprio imóvel financiado é dado em garantia do empréstimo. O comprador do imóvel não se torna proprietário até liquidar o valor financiado e, se o comprador tentar dar um calote, o banco tem liberdade de retomar o imóvel e revender para cobrir seu prejuízo, mas desta maneira, o banco perde os juros sobre o empréstimo e tem que cobrir despesas com a manutenção do imóvel e valores burocráticos para revenda.

Para reduzir as chances de ter de retomar o imóvel, o banco que empresta a hipoteca, tradicionalmente, fazia uma análise detalhada da ficha de crédito do candidato a financiamento, examinando sua renda, seu crédito na praça, suas perspectivas profissionais, etc, de modo a reduzir a chance de fazer um empréstimo a alguém que não pudesse pagar de volta o dinheiro tomado. Os tomadores que não preenchessem essas condições não receberiam empréstimos. (CARVALHO, 2008, p. 2).

Esta classe de tomadores de crédito que ficou conhecida como *subprime*, se refere exatamente às pessoas que não teriam renda, histórico de crédito ou

garantias que justificassem o empréstimo, ficando de fora do mercado de financiamento de imóveis, por não serem qualificados o suficiente para convencer as instituições e bancos de que eram um risco aceitável.

Até em uma grande economia como a dos Estados Unidos, essas pessoas representam um grande número da população e, por ser mais arriscado, teriam de pagar uma taxa de juros maior que o mercado normal para conseguir um empréstimo.

De maio de 1987 a janeiro de 2006, Alan Greenspan foi presidente (*chairman*) da Junta de Governadores (*Board of Governors*) do Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve*). Se as décadas de 1970 e 1980 foram uma era de graves choques econômicos, a era Greenspan, ao contrário, foi relativamente serena. As razões fundamentais para a prosperidade norte americana no período foram: integração de novos mercados e domínio de novas tecnologias. (CARDOTE, 2009, p. 6).

Para que os bancos pudessem classificar a classe *subprime* como pessoas confiáveis o suficiente para liberar o crédito, foram utilizados novos modelos estatísticos para análise de crédito, que eram baseados na probabilidade de um empréstimo dar certo se tudo continuar como no presente, considerando que a economia dos Estados Unidos, no período dos anos 80 até 2006 passou por momentos de prosperidade.

Os modelos estatísticos de análise de crédito sugeriam que, como essas pessoas conseguiram trabalho no passado, elas continuariam conseguindo no futuro, ou, em outras palavras, como a economia americana foi bem no passado, ela iria bem para sempre. Assim, o risco de perda do empréstimo foi subestimado pelos bancos e financeiras envolvidos no processo. (CARVALHO, 2008, p. 3).

Para lançar essas hipotecas *subprimes* no mercado, os bancos e instituições financeiras utilizaram um processo que foi chamado de *securitização*.

A inovação financeira que possibilitou a securitização de empréstimos hipotecários *subprime* foi chamada "*collateralized debt obligation*" (títulos garantidos por dívidas), ou CDO, que oferecia cotas de participação nos pagamentos dos recebíveis - mas nem todas as cotas eram iguais. (KRUGMAN, 2009, p. 156).

No princípio esse tipo de negócio parecia seguro, afinal, se algumas pessoas não cumprissem suas obrigações, era possível retomar seu investimento, e não se

imaginava que o número de inadimplentes fosse tão alto que pudesse ameaçar os direitos dos proprietários de cotas.

Um valor muito grande de empréstimos *subprime* foi concedido e, tudo ocorria como previsto até o momento em que os juros desse empréstimo necessitaram de reajustes. Com o reajuste das taxas de juros sobre as hipotecas imobiliárias, as pessoas ficaram sem renda e incapazes de pagar seus débitos, ao mesmo tempo em que a economia norte americana não se encontrava em um nível muito estável. Deste modo, o calote de muitos dos tomadores dos empréstimos foi inevitável.

Quando os tomadores de hipotecas ficam inadimplentes e param de pagar os juros, aqueles investidores que compraram títulos baseados nessas hipotecas percebem que poderão não receber o retorno que esperavam. Quando essa percepção se espalha, aqueles outros investidores e instituições que compraram títulos parecidos começam a se perguntar se não é melhor se livrarem deles enquanto é tempo. (CARVALHO, 2008, p. 3).

A grande oferta dos papéis de imóveis fez com que o valor dos mesmos sofresse uma grande redução. Essa dúvida e temor sobre o mercado financeiro passou a atingir outros mercados semelhantes, contagiando outros segmentos.

As consequências desta situação foram negativas para os detentores dos papéis de hipotecas imobiliárias, pois provavelmente não receberiam os juros sobre os imóveis como também não iriam conseguir passar esses papéis para frente sem que arcassem com um grande prejuízo.

Os imóveis então passaram a perder valor, porém os refinanciamentos (hipotecas) não, eis que calculados sobre o preço dos imóveis na época da contratação, ou seja, em alta, assim muitas dívidas passaram a ser maior que o próprio valor dos imóveis. Para piorar a situação, o chamado grupo *subprime* [...], ante a dificuldade em honrar o pagamento, estes foram os primeiros a abandonar suas respectivas casas. (OLIVEIRA, 2012, p. 73)

Como toda empresa, os bancos e instituições financeiras possuem obrigações a pagar, que são os chamados passivos contabilmente e, direitos a receber, nomeados como ativos. Uma instituição saudável tem mais ativos a receber do que direitos a pagar, a diferença entre esses valores é chamada de capital, e uma instituição saudável possui um capital positivo. Quando a situação é invertida, os valores dos ativos são inferiores às obrigações, o capital se torna negativo, o que significa que a empresa é insolvente, ou seja, está falida.

Diante da situação de grande instabilidade no sistema econômico do país, em maio de 2006, Bem Bernanke, presidente do FED, fez um pronunciamento alertando sobre o risco de inflação no país, gerando receio desta crise imobiliária se expandir e afetar outros setores da economia.

Os fatos foram se agravando, pois sem residência e sem renda, o americano reduziu o consumo. Logo em seguida, no mês de junho de 2006, o FED determinou o aumento da taxa de juros para 5,25%, com o intuito de conter a inflação, fato este que também contribuiu para a queda do preço dos títulos de imóveis e aumento da inadimplência, em especial no grupo denominado de *subprime*.

No primeiro semestre de 2007, a crise no mercado imobiliário chegou às bolsas de valores de Nova York com inegável queda dos índices Dow Jones e Nasdaq, pois os americanos usaram o seu dinheiro para quitar as prestações da hipoteca deixando de adquirir bens de consumo, desacelerando, assim, a economia. A New Century Financial, principal empresa especializada em crédito para o grupo *subprime*, pediu concordata e demitiu metade dos funcionários, tendo suas dívidas repassadas para outros bancos. (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

Com o aumento da crise, os resultados dessa situação foram a queda do consumo, o aumento do desemprego, perda de moradia dentre outros direitos fundamentais conquistados.

Na metade do ano de 2007 a crise foi revelada, o presidente do FED, Bem Bernanke, declarou as perdas que o governo sofreu com os empréstimos do grupo *subprime*, e que esta perda atingira o valor de cem bilhões de dólares norte americanos. Os bancos de investimentos Bear Stearns e PNB Paribas divulgaram a informação aos seus investidores de que não disponibilizariam resgate de investimentos, comprovando assim a falta de liquidez do mercado e a negação de empréstimos entre instituições financeiras.

A crise tornou-se mundial, os Bancos Centrais do mundo se viram obrigados a injetar liquidez no mercado interbancário para evitar o efeito dominó, o que alterou o saldo em conta corrente desses países e ampliou o déficit público. O *Federal Reserve* reduziu pela metade a taxa de juros para empréstimos aos bancos e, no mês seguinte, instituições britânicas solicitam ajuda financeira ao banco central britânico, somando um montante de retiradas no valor de mais de dois bilhões de dólares americanos em um único dia, após a liberação do saldo solicitado.

Em seguida, o Banco Central Europeu adota a mesma medida e investe no setor bancário para melhorar a liquidez, percebendo-se, assim, a intervenção dos principais bancos centrais nas instituições financeiras dos principais países e blocos econômicos do mundo.

Em setembro de 2007 o presidente norte-americano George W. Bush resolve intervir: anuncia que os detentores de hipotecas com prestações atrasadas em mais de 90 dias poderão refinanciá-las com ajuda da Agência Federal da Habitação (FHA). O anúncio acalma o mercado, mas os resultados negativos da economia continuam a aparecer. Dados de agosto registram, pela primeira vez em quatro anos, queda no nível de emprego nos EUA. (ESTADO, 2008, p. 5).

O índice de inadimplência no setor de hipotecas imobiliárias apresenta alta, atingindo 21% em janeiro de 2008 e ainda no mesmo mês, foi divulgada a informação sobre o fechamento do Banco Douglass, no estado de Missouri. No mês seguinte o Congresso Americano adota um pacote de cento e sessenta e sete bilhões de dólares americanos para estimular a economia, sendo que as perdas com o mercado imobiliário do grupo *subprime* atingiram a marca dos quatrocentos bilhões de dólares americanos.

Na metade do ano de 2008, as grandes instituições começam a não mais suportar os efeitos da crise, indo à falência o banco de hipotecas *IndyMac*, tornando-se o segundo maior banco a falir na história dos EUA. Com a intenção de evitar que as gigantes empresas do setor imobiliário *Fannie Mae* e *Freddie Mac* fossem pelo mesmo caminho, as autoridades financeiras dos EUA prestam assistência a estas empresas.

O governo norte-americano acredita que as grandes perdas dessas empresas, que devem ou garantiram quase metade das dívidas de 12 trilhões de dólares de hipotecas do país, estariam ameaçando a vitalidade do país, em uma época em que outras fontes de financiamento imobiliário se tornaram escassas. (SOMERVILLE, 2008 p. 1).

Os bancos e instituições que detinham as hipotecas *subprime*, por motivo da desvalorização desses títulos no mercado, muitas destas faliram, sofreram intervenções ou vendas sob pressão, e pelo fato de muitas das instituições americanas terem adotado este tipo de investimento, todas estavam expostas aos efeitos da crise. Mesmo que conseguisse ter capital positivo, este diminuiu devido à desvalorização de seus direitos.

O resultado destes fatos foi a redução de empréstimos por parte dos bancos, fazendo com que as empresas ficassem capital de giro para produzir. Os consumidores deixam de adquirir bens duráveis pois não conseguem crédito, etc. A economia esfria, o crescimento econômico se desacelera, o desemprego cresce e o risco de uma séria recessão se instala.

Em setembro, o *Federal Reserve* (Fed), o banco central americano, salvava a *American International Group* (AIG) com 85 bilhões de dólares. Em troca, o Fed anunciou que ficaria com 79,9% de participação na seguradora. Ao ver a confiança no mercado desmoronar, o banco também injetou 70 bilhões de dólares no sistema bancário americano, o maior aporte deste tipo feito pela instituição desde os atentados terroristas de 2001. Além disso, o Fed participou de uma ação coordenada com os bancos centrais da Europa, Canadá, Japão, Suíça e Grã-Bretanha, e anunciou a liberação de mais 180 bilhões de dólares. O banco central britânico, por sua vez, fazia uso de 40 bilhões de dólares, e o europeu, de 55 bilhões. A última ação de resgate do Fed aconteceu em 25 de novembro. Em parceria com o Tesouro dos EUA, o banco formulou um programa que prevê a liberação de 600 bilhões de dólares para a compra de dívidas relacionadas a hipotecas e ativos e outros 200 bilhões para a aquisição de ativos ligados à dívida de consumidores. O plano, mais uma vez, é garantir o crédito. (VEJA, 2012, p. 2).

Em outubro de 2008, os países membros da União Européia anunciaram uma série de medidas para restaurar a confiança no sistema financeiro e evitar a falência de diversos bancos, em especial a criação de fundos para garantia de empréstimos e transações bancárias. Estas medidas foram adotadas por diversos países do mundo, tais como: Austrália, Nova Zelândia, Japão, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Brasil, dentre outros.

Contudo, os países membros da União Européia não se atentaram de que a economia globalizada não depende só de uma atitude austera das instituições financeiras, mas também e principalmente, da administração das contas públicas de seus países, fato este já obrigatório de acordo com o Tratado de Maastricht. Deste modo, pouco tempo depois, a crise das contas públicas de alguns países da Europa veio à tona e conseqüentemente teve início a denominada “Crise do Euro”.

5 A CRISE DO EURO NA GRÉCIA, PORTUGAL E ESPANHA, PÓS CRISE AMERICANA

A crise do euro teve sua origem na política fiscal adotada por alguns países membros da União Europeia, principalmente aqueles que fazem parte da Zona do Euro, estes países gastaram mais dinheiro do que conseguiram arrecadar, resultando assim em déficit nas suas balanças de pagamentos.

Para que esses países pudessem se manter, eles passaram a contrair dívidas em desacordo com o Tratado de Maastricht, o qual impõe um teto máximo de endividamento de 60% sobre PIB do país.

Em 7 de fevereiro de 1992, foi assinado na cidade holandesa de Maastricht um tratado que recebeu o mesmo nome da cidade, o Tratado de Maastricht. Este representou um marco na união da Europa fixando a integração econômica e conseqüente unificação política. O novo bloco que se formou no continente substituiu a anterior Comunidade Europeia por um grupo chamado União Europeia. O tratado estabeleceu metas para facilitar a circulação das pessoas, dos produtos, dos serviços e do capital pelo continente com a finalidade de determinar a estabilidade política na Europa após tantos períodos conturbados. (GASPARETTO JUNIOR, 2012, p. 1).

Antes de Maastricht ter a totalidade de suas definições implementadas, em 1997, outro tratado iria reforçar a convergência entre os países membros da União Europeia. No dia 2 de outubro de 1997, foi assinado o Tratado de Amsterdã que entrou em vigor a partir de maio de 1999. Este tratado, que foi fruto do Conselho Europeu de Amsterdã, tinha como principais objetivos: preparar as instituições da União Europeia para a adesão de futuros membros, tornar o processo de decisão mais transparente, reduzir entraves relativos à livre circulação e reforçar a segurança. Outra decisão deste conselho foi a criação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O PEC visava garantir a estabilidade econômica durante e após a implementação da União Monetária Europeia (UME) e obrigava os países participantes a elaborarem programas de estabilidade para manter o equilíbrio orçamentário, a médio prazo. Desta forma, estabelecia fundamentalmente regras e incentivos para que os países controlassem suas políticas fiscais. Os países participantes da UME deveriam entregar relatórios anuais de forma a tornar transparentes seus orçamentos e garantir que: o déficit público anual não seja superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e a relação dívida pública / PIB não seja superior a 60%. (RAYMUNDI, 2012, p. 26).

A constatação de falha na supervisão e monitoramento do sistema bancário europeu levou à criação, pelo Parlamento Europeu, da Autoridade Bancária Européia (ABE), integrando o novo sistema europeu de supervisão financeira, ao lado do Comitê Europeu de Risco Sistêmico, a Autoridade Européia de Seguros e Pensões e a Autoridade Européia de Valores Mobiliários.

Em virtude desse descontrole sobre os gastos públicos, alguns países geraram certa desconfiança por parte dos investidores, os quais temiam que os governos não fossem capazes de honrar suas dívidas. Este fato reflete de maneira economicamente negativa para o país, com grande queda de seus investimentos.

5.1 A crise na Grécia

Por obter um sistema bancário fortemente ligado aos ativos americanos de alto risco, em outubro de 2009, o governo da Islândia declarou-se insolvente, sendo amparado pelo FMI e pelos demais países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), que emprestaram um montante total de US\$ 4,2 bilhões. Mesmo que a Grécia não estivesse exposta aos ativos financeiros que conduziram à quebra da economia americana em 2008, o episódio do *default* da Islândia chamou a atenção das agências internacionais de classificação de risco de crédito para o elevado endividamento de alguns países europeus como proporção do PIB. (OLIVEIRA, 2012)

Assim, no dia 14 de janeiro de 2009, apenas cinco dias depois de ter anunciado que o *rating* soberano grego estava sob observação, a agência americana Standard & Poor's (S&P) rebaixou a classificação de risco da Grécia de "A" para "A-" e, na semana seguinte, cortou as notas da Espanha e Portugal; em março, rebaixou a nota dos títulos soberanos da Irlanda. Subjacente a esses rebaixamentos estava a avaliação dos analistas da S&P de que as medidas de estímulo fiscal adotadas por esses países para combater a recessão econômica resultariam em séria deterioração das contas públicas. (FREITAS, 2012, p. 26).

A admissão por parte do governo grego de que as estatísticas oficiais não eram verdadeiras, teve um efeito político devastador. Após uma investigação por

parte da UE o governo grego reconheceu que desde 1999, os déficits orçamentários deste país nunca tinham estado abaixo dos três por cento previstos no Tratado de Maastricht, nem mesmo quando a Grécia aderira ao euro em 2001, e aumentaram as suspeitas dos mercados financeiros internacionais e dos parceiros europeus, de que não era possível confiar nas estatísticas gregas.

Em janeiro de 2010, o governo da Grécia apresentou um pacote de medidas para reduzir os resultados de déficit fiscal e impulsionar o crescimento econômico, porém, a qualificação da dívida grega piorou, a qual foi rebaixada pelas agências internacionais, atingindo um índice de 113,4% do PIB, sendo assim, quase o dobro do estipulado pelo Tratado de Maastricht que seria de 60% do PIB.

A situação da Grécia vai complicando quando publicações em jornais e outras especulações sobre a dívida grega vem à tona e informações sobre a ocultação de dívidas públicas começam a ser expostas.

Entre o fim de março e início de abril de 2010, os países da Zona do Euro definiram a forma de auxílio a ser prestada a Grécia, tendo sido previsto empréstimos bilaterais e créditos do FMI. É liberada para a Grécia uma ajuda de trinta bilhões de euros oriunda dos países da Zona do Euro, já o FMI liberou recursos na ordem de quinze bilhões de euros. (OLIVEIRA, 2012, p. 81).

No dia 22 de abril de 2010, o escritório de estatística da União europeia, o Eurostat, fez um pronunciamento divulgando o novo déficit público da Grécia no ano de 2009, elevando-o de 12,7% para 13,6% do PIB, deixando o mundo ciente de que a situação era pior do que anunciada até então.

Em 27 de abril de 2010, a agência *Standard & Poor's* rebaixou, mais uma vez, a qualificação da dívida grega para o nível especulativo (*junk bond*) ações duvidosas, ou seja, com alta probabilidade da dívida não ser paga em seu valor integral, inviabilizando o refinanciamento da Grécia nos mercados financeiros. A divulgação dessa notícia causou violentos protestos populares na cidade de Atenas, pois indicava que novas medidas de austeridade seriam adotadas. No mesmo dia, essa agência rebaixou a nota de Portugal de "A+" para "A-", e no dia seguinte fez o mesmo com a Espanha.

A União Europeia anunciou uma convocação extraordinária para discutir a crise grega, sendo que no mercado, as dúvidas sobre as dívidas gregas e o temor

de alastro da crise na Zona do Euro fizeram a moeda única cair ao nível mais baixo em um ano.

A indisciplina fiscal e o descontrole das contas públicas em países da zona do euro, em particular na Grécia, arrastaram o bloco para uma crise financeira sem precedentes. Após a revelação de que os gregos maquiavam seu nível de endividamento, títulos soberanos de diversos países da zona do euro foram rebaixados pelas agências de risco, e a moeda comum caiu ao nível mais baixo em quatro anos. Para tirar a Grécia do buraco, União Européia e FMI impõem um duro e impopular plano de austeridade, a que condicionam o socorro financeiro. (VEJA, 2012, p. 1).

Com a intenção de conter as especulações contra o euro, e também a ameaça de grave crise de confiança em relação ao sistema bancário, os ministros das Finanças da União Européia, com a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciaram no mês de maio de 2010, um mecanismo de assistência financeira para garantir a estabilidade do euro. Este mecanismo envolve acordos no total de 750 bilhões de euros.

Além de defender o euro, a idéia é que os recursos atendam às necessidades dos países europeus com problemas de solvência. As economias da zona do euro vão ter acesso a 440 bilhões de euros em garantias de empréstimos mais 60 bilhões de euros de financiamento emergencial da Comissão Européia. O FMI entra com 250 bilhões de euros. (CARDOSO, 2010, p. 1).

A crise sobre a confiança a respeito da capacidade de pagamento da dívida grega agravou-se ainda mais em setembro de 2011, com a divulgação de uma retração de 7,3 % no PIB da Grécia no segundo trimestre do mesmo ano. Em 21 de fevereiro de 2012, foi aprovado outro pacote de 130 bilhões para auxiliar na recuperação das finanças gregas. Junto com a aprovação deste novo pacote de suporte financeiro à Grécia, foi imposta pela União Européia e também pela Alemanha sob o comando de Angela Dorothea Merkel, uma nova série de medidas para redução de gastos. (VEJA, 2012).

O primeiro pacote de medidas de austeridade imposto pela Grécia ocorreu em fevereiro de 2010, incluindo congelamento de salários de todos os funcionários públicos, corte de bônus e horas extraordinárias bem como grande redução nas viagens de trabalho.

Não sendo suficiente, em março de 2010, um segundo pacote de medidas austeras foi adotado, este mencionava, além das medidas adotadas anteriormente, o corte de 7% dos salários de funcionários públicos e privados, aumento do imposto sobre a gasolina, aumento dos impostos para carros importados, entre outros.

Na Grécia, existe a fragilidade do sistema político, onde os líderes tentam convencer a população de que as medidas de austeridade são o melhor caminho, mesmo que sejam as pessoas que paguem caro pela irresponsabilidade fiscal dos seus governantes. (ECONÔMICO, 2012, p. 2).

A Grécia, por sofrer grande pressão das autoridades superiores detentoras do crédito para apresentar medidas para reduzir seus gastos, acaba apresentando medidas que não é capaz de cumprir, sendo necessário estar constantemente retificando-a ou complementando.

A aplicação do “despedimento técnico” para 30 mil funcionários do setor público até ao final do ano, e novos cortes nas pensões acima dos 1.200 euros e nas pensões dos beneficiários com menos de 55 anos foram algumas das medidas anunciadas. (NOTÍCIAS, 2011, p. 1).

Fortes medidas de austeridade são adotadas pelo governo grego para reduzir seus gastos, para que fiquem de acordo com seus valores arrecadados. Estas medidas adotadas de maneira intensa e imediata geraram um grande descontentamento em sua população, fazendo com que ocorressem violentas reivindicações a respeito das decisões tomadas pelo Estado em forma de protestos.

Na Grécia, 70 mil manifestantes protestaram contra os cortes no orçamento. Houve confronto com a polícia. É a terceira greve geral do ano, a primeira desde a formação do atual governo. O primeiro-ministro, o conservador Antonis Samaras, deverá implementar cortes de € 12 bilhões para continuar a receber ajuda da União Europeia e do FMI. (G1, 2012, p. 1).

Depois da Grécia, as dúvidas e ansiedade do mercado financeiro mundial atingiram Portugal, Irlanda, Itália e Espanha. Para evitar uma crise histórica e ainda de maior intensidade, podendo colocar em risco a sua própria existência, a União Europeia se mobilizou e anunciou um pacote de medidas que incluiu a disponibilização de setecentos e cinquenta bilhões de euros para qualquer país da Zona do Euro que necessitasse de auxílio financeiro. A disponibilização deste saldo acalmou temporariamente o mercado financeiro internacional.

5.2 Os reflexos em Portugal

Desencadeada no momento em que as principais economias do mundo se recuperavam da grande recessão devido à crise americana de 2008/09, a crise nos países europeus agravou-se no segundo semestre de 2010, atingindo os demais países da periferia da área do euro, como Irlanda e Portugal.

Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, por serem países um pouco menos desenvolvidos que os demais são conhecidos como países periféricos da área do euro, enquanto Alemanha, França e Itália compõem os países centrais.

Esses países periféricos se defrontaram com elevação dos custos tanto de financiamento da dívida soberana, como de captação dos seus bancos. Assim como Grécia e Irlanda, Portugal também precisou de ajuda financeira da Comunidade Européia e do FMI, que foi solicitada em abril de 2011.

No dia 7 de Abril de 2011, Portugal tornou-se o terceiro Estado-membro da zona euro a pedir ajuda financeira internacional da União Européia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Cerca de um ano depois de a UE ter aprovado o primeiro pacote de ajuda financeira à Grécia, Portugal deixou de conseguir resistir à pressão dos mercados sobre as condições de financiamento da sua economia. (LOURTIE, 2011, p. 2).

Um pouco diferente de alguns países da Europa, Portugal não sofreu nenhum acontecimento inesperado, mas sim uma perda de competitividade gradual. Ao enfrentar um baixo crescimento econômico, o governo português encontrou dificuldades para arrecadar o suficiente para abater seus gastos públicos. Há mais de dez anos a taxa de desemprego em Portugal vem indicando alta, porém, até 2008, este aumento foi de forma gradual, mas nos últimos dois anos esse quadro agravou-se e o país atinge um elevado índice de desemprego.

Entre o 3º trimestre de 2008 – período que marca o início das falências dos bancos e seguradoras norte-americanas – e o período homólogo de 2010 o número de desempregados em Portugal estimados pelo INE a partir de uma amostra representativa da população portuguesa aumentou 40,5%. Isto é, um crescimento de cerca de 175 mil desempregados, que fixou a taxa de desemprego nos 10,9%. Esta é a consequência mais relevante e o dado mais revelador dos efeitos na economia portuguesa da crise financeira iniciada em 2008. (CANTANTE, 2010, p. 3).

Este grande aumento do desemprego é considerado relevante, pois é um fator determinante quanto à capacidade de geração de riqueza para o país havendo também um aumento de despesas com a proteção social, mas principalmente, a elevação do risco de pobreza das pessoas e famílias afetadas.

Os gastos públicos de Portugal tem sido relativamente altos, pois o país realizou grandes investimentos de melhorias na infra-estrutura no setor de transportes, visando aumentar sua competitividade, porém, com o estouro da crise do euro, o país passou a ter grandes dificuldades de financiar suas dívidas.

Sendo incapaz de arcar com suas despesas, Portugal solicitou ajuda financeira para União Europeia e conseqüentemente, estes financiamentos concedidos tanto pela União Europeia quanto pelo FMI, dependem da concordância do país receptor em adotar as exigências impostas.

Portugal está sob as duras condições do empréstimo internacional de 78 bilhões de euros concedidos em maio de 2011 pela União Europeia (UE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O aumento de impostos e de cortes nos serviços sociais, além do investimento público são algumas das medidas incluídas no plano de austeridade que pretende sanear as contas do país. (G1, 2012, p.1).

Em maio de 2012, Portugal confirma o cancelamento de quatro dos quatorze feriados nacionais a partir de 2013, foram cancelados dois feriados civis e dois feriados católicos. Em acordos com a Santa Sé, estes ajustes permanecerão vigentes por cinco anos. Portugal adota estes tipos de medidas visando reduzir seus gastos e cumprir suas metas de redução de custos, para que desta maneira consiga arrecadar o suficiente para suprir os gastos do país.

5.3 A crise na Espanha

Como um efeito dominó, a crise de confiança se espalhou e atingiu a Espanha ainda no final de 2010. A partir de meados de 2011, a crise afeta alguns países centrais do bloco, como Itália e França, esta última em menor medida. Nem mesmo a Alemanha, a maior e mais forte economia do bloco, escapou da desconfiança crescente dos investidores.

A situação da Espanha caminha pela mesma trajetória que a história grega. No início de junho de 2012, o terceiro maior banco espanhol Bankia, solicitou ajuda no montante de 19 bilhões de euros ao governo para evitar falência. No dia 9 do mesmo mês o governo espanhol se reuniu com a Comissão Européia e mencionou o auxílio de até 100 bilhões de euros.

O banco precisou receber injeção financeira do governo espanhol. Mas esse não é o único problema que o país enfrenta em meio à crise financeira [...], pessoas procurando emprego, protestos contra austeridade e até famílias que começaram a precisar revirar lixo são outras cenas que dão noção de como a crise atingiu a Espanha. (EXAME, 2012, p.1).

Com grande dificuldade de conseguir emprego ou com salários muito baixos, os espanhóis estão ficando sem alternativas e sendo obrigados a buscar alimentos em casas de caridade ou em lixeiras. O agravamento desta situação fez com que na cidade de Girona, as lixeiras próximas a supermercados fossem trancadas por questões de saúde pública.

Em um levantamento recente entre as principais economias do mundo, pode-se constatar que a Espanha mesmo sendo a quarta maior economia do seu bloco econômico, possui uma taxa de desemprego de 25,1%, sendo maior que na Grécia, a qual aponta um índice de 24,4%. Essa situação da Espanha fez com que aumentasse o sentimento de um provável calote em relação à outras economias periféricas da Zona do Euro, como Grécia e Portugal.

Os países da periferia da zona do euro encontram-se em uma situação atualmente complicada, pois necessitaram de ajuda financeira de instituições superiores, as quais exigiram em troca desta ajuda, medidas que reduzissem seus gastos públicos, uma vez que o principal motivo que levou estes países a necessitar empréstimos para não decretar falência de muitas instituições e quebra de suas economias foi o grande gasto do setor público, o qual não foi capaz de arrecadar o suficiente para pagar suas dívidas.

A exigência dessas reduções de gastos em troca dos empréstimos obrigou os países tomadores desse crédito, a adotarem cortes radicais de suas despesas. Dentre esses cortes de despesas, podem ser mencionados cortes de salários do setor público, pensões e benefícios sociais.

O resultado desses reajustes para a sociedade dos países envolvidos vem sendo muito negativo, de acordo com reportagens que são divulgadas diariamente nos noticiários.

Enquanto o desemprego bate novo recorde na Europa, manifestantes protestam contra medidas de aperto econômico. A agência de estatísticas da zona do euro divulgou que o número de desempregados nos 17 países do bloco atingiu um novo recorde em agosto. São mais de 18 milhões de pessoas sem trabalho, 34 mil a mais que no mês anterior. O índice de desemprego é de 11,4%. (BAND, 2012, p. 1).

Esta situação de caos, protestos e greves é a realidade dos países periféricos da zona do euro, que estão tentando reduzir os efeitos da crise com a adoção das medidas de austeridade, porém os resultados não acontecem de imediato. Deste modo, o governo europeu continua injetando liquidez no mercado financeiro para tentar garantir a solidez de seu bloco econômico.

Na Grécia, as medidas de austeridade foram mais severas, pois o país está com um grande déficit em sua balança de pagamentos, indicando que há mais chances deste país não cumprir com suas obrigações. Portugal enfrenta uma grande perda de competitividade e problemas para gerar dívidas, sendo o país com o maior número de desempregados e, a situação na Espanha não está muito distante dos demais países periféricos, o Estado é obrigado a solicitar ajuda financeira para quitar suas dívidas e dar continuidade as atividades econômicas do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização proporcionou a unificação das economias e a redução de diversas barreiras, como as barreiras geográficas e culturais, trazendo proximidade aos países distantes uns dos outros. Um importante fato para este processo foi a formação de blocos econômicos, permitindo aos Estados membros ter mais interação entre eles, buscando um desenvolvimento regional.

Essa aproximação dos países proporcionou maior agilidade e eficiência em seus processos de comércio e relações internacionais. Com o mercado internacional cada vez mais interligado, os países acabam ficando mais vulneráveis aos efeitos das crises de qualquer parte do mundo.

Com a realização do presente trabalho de iniciação científica foi possível identificar o causador da grande recessão econômica nos Estados Unidos que afetou o mundo inteiro no ano de 2008. O país realizou uma quantia muito elevada de empréstimos sem avaliar corretamente o risco dessa operação. O resultado deste acontecimento foi o calote por parte dos tomadores desses empréstimos, motivo este que ocasionou a falência de muitas instituições financeiras, obrigando os Estados Unidos a injetar muito dinheiro em sua economia para suprir a necessidade dos bancos para que a crise não atingisse dimensões ainda maiores.

A crise norte americana no ano de 2008 serviu de exemplo para diversos países, no caso da União Européia, após a crise dos Estados Unidos, criou instituições fiscalizadoras e fundos de crédito para socorrer a economia do bloco, caso necessário.

Com o aumento da fiscalização na prestação de contas dos países europeus, foram detectadas falhas nas prestações de contas da Grécia, e, no momento em que constataram a fraude, o mundo encontrava-se em grande instabilidade econômica. O risco país da Grécia foi elevado, junto com ele os juros para empréstimos também. Com dificuldade de obter empréstimos para arcar com suas dívidas, a Grécia atrai a desconfiança dos investidores, contagiando o mercado europeu. Para conter o grande déficit no setor público das contas gregas, o FMI e o BCE amparam o país liberando crédito em troca de medidas para redução de gastos e maior arrecadação.

Ao enfrentar baixo crescimento econômico, Portugal vai perdendo sua competitividade gradualmente e atinge um elevado índice de desemprego. Ao ser

incapaz de pagar suas dívidas, o governo português solicita ajuda a União Européia e enfrenta as medidas de austeridades em troca dessa ajuda. Como um efeito dominó, a crise atinge a Espanha, a qual também é obrigada a solicitar ajuda ao governo para evitar falência de instituições financeiras.

As medidas de austeridade adotadas pelas nações européias gerou grande descontentamento aos habitantes, deixando todos estes países sob pressões políticas e sociais, diante de muitos protestos, ações de vandalismo e greves. A situação atualmente está indefinida, os países continuam em crise e os órgãos financeiros continuam injetando liquidez em seus bancos para tentar amenizar os efeitos e manter o bloco econômico estruturado.

As informações apresentadas mostraram que, mesmo a Europa com toda sua riqueza e influência na economia mundial, vem enfrentando graves problemas econômicos e sociais, enquanto seus governantes atuam diretamente para minimizar esses efeitos.

Sendo assim, conclui-se que ambos blocos econômicos estão necessitando de suporte financeiro para suprir a demanda de dinheiro na região. Esta procura pelo dinheiro faz com que algumas regiões tenham mais dificuldades de conseguí-lo, o que acaba desestabilizando as sociedades locais, conseqüentemente gerando um descontrole econômico e perda de competitividade dos países e do bloco econômico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Central do Brasil. **O que é um Banco Central?** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/educacao/cadernos/bancocentral.pdf>>. Acesso em: 25 maio 12.

BAND, Notícias. **Europa: Manifestantes protestam contra crise.** Disponível em: <<http://noticias.band.com.br/economia/noticia/?id=100000538012>>. Acesso em: 02 out. 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”.** Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22137107/731865683/name/01-BELLUZZO.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

BERCHIELLI, Francisco Osvaldo. **Economia monetária.** 1ª ed. São Paulo : Saraiva, 2003.

CANTANTE, Frederico. **O desemprego em Portugal num contexto de crise financeira: números e desafios.** Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=114>>. Acesso em: 29 set. 2012.

CARDOSO, Juliana. **Europa acerta pacote de 750 bilhões de euros para defender moeda comum.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/europa-acerta-pacote-de-750-bilhoes-de-euros-para-defender-moeda-comum.html>>. Acesso em: 10 set. 2012.

CARDOTE, Leonardo Fernando Rodrigues. **A crise econômica de 2008: A interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional.** Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/rdugr/article/viewFile/880/570>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Entendendo a Recente Crise Financeira Global.** Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica.** 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ECONOMIABR. **Crises Financeiras.** Disponível em:
<http://www.economiabr.net/economia/7_crises_financeiras.html>. Acesso em: 11 ago. 2012.

ECONÔMICO, Brasil. **Grécia está entre calote e medidas de austeridade.** Disponível em: <http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/grecia-esta-entre-calote-e-medidas-de-austeridade_116724.html>. Acesso em: 01 out. 2012.

ESTADO, Grupo. **Cronologia da crise financeira.** Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/especiais/cronologia-da-crise-financeira,2805.htm>>. Acesso em: 05 set. 2012.

ESTRELA, Marcio Antônio. **O Banco Central do Brasil e suas funções.** Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/BC%20e%20Universidade%2014.3.2008.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.

EUROCID, **Banco Central Europeu.** Disponível em:
<http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4823>. Acesso em: 22 maio 2012.

EXAME, Abril. **A crise da Espanha em 6 imagens.** Disponível em:
<<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/a-crise-da-espanha-em-6-imagens#1>>. Acesso em: 01 out. 2012.

FERREIRA, Eli. **Entenda da Crise que atingiu a economia dos EUA.** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/52811636/Crises>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

FOREX. **Banco Central Americano, o FED: O criador da dívida soberana.** Disponível em: <<http://www.forex89.com/banco-central-americano-o-fed/>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

FREITAS, Eduardo de. **A crise do petróleo.** Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/geografia/a-crise-do-petroleo.htm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **A crise na área do euro.** Disponível em:
<http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/PDF/Boletim_de_Economia_10_Setorial_A_crise_na_area_do_euro.pdf>. Acesso em: 25 set. 2012.

G1, O Globo. **Conheça as maiores crises financeiras da história.** Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL787428-9356,00-CONHECA+AS+MAIORES+CRISES+FINANCEIRAS+DA+HISTORIA.html>. Acesso em: 10 maio 2012.

G1, O Globo. **Contra a crise econômica, Portugal corta quatro feriados nacionais.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/contra-crise-economica-portugal-corta-quatro-feriados-nacionais.html>>. Acesso em: 28 set. 2012.

G1, O Globo. **Crise econômica provoca novos protestos violentos na Europa.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/09/crise-economica-provoca-novos-protestos-violentos-na-europa.html>>. Acesso em: 29 set. 2012.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Tratado de Maastricht.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/tratado-de-maastricht/>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

GRIECO, F. de A. **O Brasil e o comércio internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 1994.

HISTÓRIAMAI, **A crise de 1929.** Disponível em: <http://www.historiamais.com/crise_de_1929.htm>. Acesso em: 08 maio 2012.

KEEDI, Samir. **ABC do Comércio Exterior: abrindo as primeiras páginas.** 3ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007, 2010.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LOURTIE, Pedro. **Portugal no contexto da crise do euro** Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000400005&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2012.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior.** 12ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Alúcio Telles de. **O Livro de Ouro do Advogado, Executivo, Economista, Contador, Administrador, Gerente.** 1ª Ed. Século XXI, 1983.

MORAES, Reinaldo Soares Rocha. **Resumo sobre o acordo de Bretton Woods.** Disponível em: <<http://www.reinaldo.adm.br/artigos/Trabalho%20sobre%20o%20Acordo%20de%20Bretton%20Woods%20-%20Reinaldo.adm.br.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

MUNDO, História. **Crise de 1929.** Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em: 07 maio 2012.

NEGÓCIOS, Jornal de. **Bank of England: O criador da dívida soberana.** Disponível em: <http://internacional.jornaldenegocios.pt/Bank_of_England/p:2>. Acesso em: 29 ago. 2012.

NOTÍCIAS, Radio TSF. **Grécia anuncia novas medidas de austeridade.** Disponível em: <http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2010724>. Acesso em: 28 set. 2012.

OLIVEIRA, Natanael de. **A Bolha da Internet 2000.** Disponível em: <<http://www.natanaeloliveira.com.br/a-bolha-da-internet/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Fernando De Almeida. **OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA UNIÃO EUROPEIA APÓS A CRISE ECONÔMICA DE 2008.** Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/08112011_140957_teserodrigo%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica.** 2°. Ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PRATES, Daniela Magalhães. **As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional.** Disponível em: <<http://www.iececon.net/prates/Prates7.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

RAMOS, Ronaldo J. Souza. Evolução da Estrutura do Comércio Internacional. In: DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior: teoria e gestão.** São Paulo: Atlas, 2004.

RAYMUNDI, Lucas Ferri. **O Euro na União Européia: Crise fiscal-financeira dos países periféricos.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54940/000856481.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 set. 2012.

ROSA, Luis Fernando Franceschini da. **A formação do sistema financeiro internacional do Pós II grande guerra.** Disponível em: <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20080811143012.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

SANT'ANNA, José. **O sistema financeiro internacional.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8668>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

SENA JÚNIOR, Roberto. **Comércio Internacional & Globalização: a cláusula social na OMC.** Curitiba: Juruá, 2003.

SILBER, S. **Gestão de Negócios Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOARES, Cláudio César. **Introdução ao comércio exterior**: fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOMERVILLE, Glenn. **Governo dos EUA assume Fannie Mae e Freddie Mac**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/governo-dos-eua-assume-fannie-mae-freddie-mac-3833831>>. Acesso em: 20 set. 2012.

VEJA. **Crise do Euro**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tema/crise-do-euro>>. Acesso em: 08 set. 2012.

VEJA. **Em profundidade**: Crise financeira. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

Nome do estagiário
Ricardo Souza Santos

Orientador de conteúdo
Prof. MSc. Jacqueline M. F. Furlani

Responsável pelo Estágio
Prof. Natalí Nascimento